

ANEXO V

RELATÓRIO DE GESTÃO 2007

SUMÁRIO

1. Identificação	3
2. Responsabilidades institucionais	4
2.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas	4
3. Estratégia de atuação	8
4. Gestão de programas e ações	8
4.1. Programas	9
4.1.1. Programa 0511 – Gestão de Políticas Públicas	9
4.1.1.1. Dados gerais	9
4.1.1.2. Principais ações do programa 0511	9
4.1.1.3. Gestão das ações	10
4.1.1.3.1. Ação 6917 - Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	10
4.1.1.3.1.1. Dados Gerais	10
4.1.1.3.1.2. Resultados	10
4.1.1.3.2. Ação 6687 Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Município	12
4.1.1.3.2.1. Dados Gerais	12
4.1.1.3.2.2. Resultados	13
4.1.1.3.3. Ação 0912 Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)	15
4.1.1.3.3.1. Dados Gerais	15
4.1.1.3.3.2. Resultados	15
4.1.1.3.4. Ação 09HP – Apoio à realização das Conferências Estaduais e Municipais do Meio Ambiente	17
4.1.1.3.4.1. Dados Gerais	17
4.1.1.3.4.2. Resultados	18
4.1.2. Programa 0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	19
4.1.2.1. Dados gerais	19
4.1.2.2. Principais ações do programa 0052	20
4.1.2.3. Gestão das ações	21
4.1.2.3.1. Ação 4932 - Formação de Educadores Ambientais	22
4.1.2.3.1.1. Dados Gerais	21
4.1.2.3.1.2. Resultados	21
4.1.2.3.2. Ação 2D08 - Gestão Compartilhada da Educação Ambiental	23
4.1.2.3.2.1. Dados Gerais	23
4.1.2.3.2.2. Resultados	24
4.1.2.3.3. Ação 1997 - Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental	25
4.1.2.3.3.1. Dados Gerais	26

4.1.2.3.3.2 Resultados	26
4.1.2.3.4 Ação 6857 - Produção e Difusão de Informação Ambiental de Caráter Educativo	27
4.1.2.3.4.1 Dados Gerais	27
4.1.2.3.4.2 Resultados	28
4.1.2.3.5 Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública	29
4.1.2.3.5.1 Dados Gerais	29
4.1.2.3.5.2 Resultados	29
4.1.2.3.6 Ação 2B35 – Assistência Técnica para a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública	30
4.1.2.3.6.1 Dados Gerais	30
4.1.2.3.6.2 Resultados	31
4.1.3. Programa 1102 - Agenda 21	33
4.1.3.1. Dados gerais	33
4.1.3.2 Principais ações do programa 1102 – Agenda 21	33
4.1.3.3. Gestão das ações	34
4.1.3.3.1 Ação 4921 - Elaboração e implementação das Agendas 21 Locais	34
4.1.3.3.1.1. Dados Gerais	34
4.1.3.3.1.2. Resultados	35
4.1.3.3.2 Ação 4910 - Formação continuada em Agenda 21 Local	37
4.1.3.3.2.1. Dados Gerais	37
4.1.3.3.2.2. Resultados	38
4.1.3.3.3 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	39
4.1.3.3.3.1. Dados Gerais	39
4.1.3.3.3.2. Resultados	40
4.1.4. Programa 0502 – Amazônia Sustentável	40
4.1.4.1. Dados gerais	40
4.1.4.2 Principais ações do programa	41
4.1.4.3. Gestão das ações	41
4.1.4.3.1 Ação 002Q Apoio a Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto)	41
4.1.4.3.1.1. Dados Gerais	41
4.1.4.3.1.2. Resultados	42
5. Desempenho Operacional	44

1. Identificação

A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC foi instituída, após revisão da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de abril de 2007.

A Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC se constitui em órgão específico e singular do Ministério do Meio Ambiente, assim como seus 3 (três) Departamentos, conforme definido nos arts. 31,32 e 33 do Decreto nº 6.101/2007.

Estão sob responsabilidade da SAIC as seguintes Unidades Gestoras: **SAIC 440077; SAIC/BIRD Operação de Crédito nº 4524 BR P - 440044; SEDR/KFW 9565243 - 400049; e SEDR 021958/026654 - 440050.** No rol de responsáveis, inscritos no SIAFI, estão nominalmente indicados os seguintes servidores: Ordenador de Despesas - Hamilton Pereira da Silva; Ordenador de Despesas Substituto - Sérgio Bueno da Fonseca e Gestor Financeiro - Antonieila Vicente Borges.

Tabela I – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla:	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC
Natureza Jurídica:	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial:	Ministério do Meio Ambiente
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:	Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de abril de 2007.
C N P J	Utilizado o CNPJ do MMA
Nome e Código no SIAFI	SAIC - 440077
Código da UJ titular do relatório:	SAIC - 440077
Códigos das UJs abrangidas:	Não se aplica
Endereço completo da sede:	Esplanada dos Ministérios – Bloco B – 9º andar CEP 70068-900 Brasília-DF Tel.061-3317-1404 e 3317-1430
Endereço da página institucional na internet	www.mma.gov.br/fortalecimentodosisnama www.mma.gov.br/agenda21 www.mma.gov.br/educação ambiental www.mma.gov.br/conferencianacional
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento

Nome completo da unidade e sigla:	Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental - SAIC
Função de governo predominante	Gestão Ambiental
Tipo de atividade	Formulação de políticas para a gestão ambiental; Gestor de recursos para programas e projetos, visando a melhoria da gestão ambiental
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	SAIC 440077 SAIC/BIRD Operação de Crédito nº 4524 BR P - 440044; SEDR/KFW 9565243 – 440049; e SEDR 021958/026654 - 440050

2. Responsabilidades Institucionais

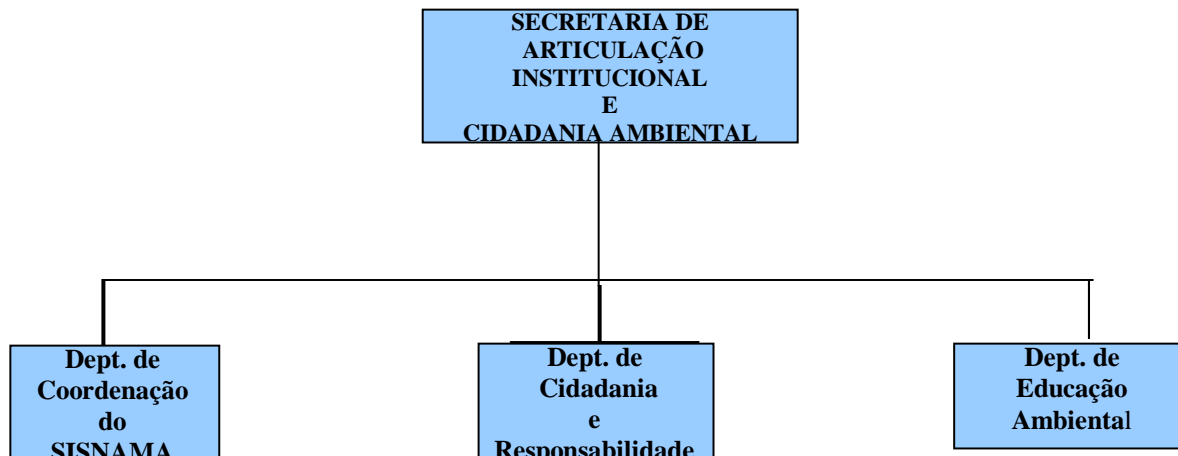
2.1 Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

A partir de 2003, o Governo Federal iniciou a implementação de uma **política ambiental integrada** calcada em quatro diretrizes: a promoção do desenvolvimento sustentável; a inserção da dimensão ambiental nas políticas públicas, a chamada transversalidade; a participação e controle social; o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Esta política se expressa, portanto, na construção de espaços institucionais formais de articulação e planejamento, intragovernamentais, nos três níveis de governo, assim como por meio de instrumentos de controle e participação social que, diferentemente da visão setorial do passado, passam a integrar as ações governamentais desde o seu planejamento.

Dessa forma, o MMA, define os processos de participação e controle social por meio da Conferência Nacional do Meio Ambiente, dos diferentes Conselhos que atuam no âmbito das políticas ambientais, em especial o CONAMA; da relação democrática com os Estados e Municípios e o fortalecimento do planejamento participativo; da rede capilar dos instrumentos de educação ambiental como condição para o êxito e a durabilidade das políticas públicas que implementa.

O Decreto nº 6.101/2007, de 26 de abril de 2007, aprovou o organograma a seguir, atribuindo à Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC e a seus 3 (três) Departamentos competências específicas para desenvolverem as ações inerentes à sua missão.

A SAIC vem promovendo a relação institucional em duas vertentes: externamente, na interface com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil; e internamente, como integradora dos programas do MMA que estimulam a construção de sociedades sustentáveis, com ênfase nas ações de participação e controle social.



“ Art. 31. À Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental compete:

I - promover a articulação e a integração intra e intergovernamental de ações direcionadas a implementação das políticas públicas de meio ambiente e a construção de agendas bilaterais ou multilaterais nas áreas de responsabilidade do Ministério;

II - desenvolver articulação com as esferas federal, estadual e municipal e organizações não-governamentais, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas;

III - articular e harmonizar a atuação das unidades do Ministério e das entidades vinculadas nos órgãos colegiados;

IV - promover a articulação institucional para a implementação do processo de descentralização e repartição de competências entre os três níveis de governo;

V - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

VI - gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – SINIMA;

VII - promover o desenvolvimento de estatísticas ambientais e indicadores de desenvolvimento sustentável;

VIII - elaborar, coordenar e acompanhar a implementação da Agenda 21 brasileira e estimular a implementação de Agendas 21 locais e regionais;

IX - elaborar, coordenar e acompanhar a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental;

- X - coordenar a organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente;
- XI - coordenar a organização da Conferência Nacional Infanto-Juvenil;
- XII - prestar apoio administrativo à Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientais e desenvolver cadastro geral de interlocutores do Ministério;
- XIII - promover a adoção pelas empresas e órgãos públicos de códigos voluntários de conduta e de tecnologias ambientalmente adequadas;
- XIV - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;
- XV - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;
- XVI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e
- XVII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Art. 32. Ao Departamento de Coordenação do Sistema Nacional do Meio Ambiente:

I - apoiar a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental nas seguintes ações:

- a) promoção da articulação e a integração intra e intergovernamental de ações direcionadas à implementação das políticas públicas de meio ambiente e a construção de agendas bilaterais ou multilaterais nas áreas de responsabilidade do Ministério;
- b) desenvolvimento da articulação com as esferas federal, estadual e municipal e organizações não-governamentais, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas;
- c) articulação e harmonização das unidades do Ministério e das entidades vinculadas nos órgãos colegiados;
- d) promoção da articulação institucional para a implementação do processo de descentralização e repartição de competências entre os três níveis de governo;
- e) formulação e implementação de estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional dos órgãos e entidades que compõem o SISNAMA;
- f) gestão do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente – SINIMA;
- g) promoção do desenvolvimento de estatísticas ambientais e indicadores de desenvolvimento sustentável;

II) propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

IV - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

V - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Art. 33. Ao Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental compete:

I - apoiar a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental nas seguintes ações:

a) elaboração, coordenação e acompanhamento da Agenda 21 brasileira e estimular a implementação de Agendas 21 locais e regionais;

b) coordenação da organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente;

c) coordenação da organização da Conferência Nacional Infanto-Juvenil;

d) apoiar administrativamente a Comissão Permanente do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas e desenvolver cadastro geral de interlocutores do Ministério do Meio Ambiente;

e) promoção da adoção pelas empresas e órgãos públicos de códigos voluntários de conduta e de tecnologias ambientalmente adequadas;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

IV - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

V - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Art. 34. Ao Departamento de Educação Ambiental compete:

I - apoiar a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental na elaboração, coordenação e acompanhamento da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - propor, coordenar e implementar programas e projetos na sua área de competência;

III - acompanhar e avaliar tecnicamente a execução de projetos na sua área de atuação;

IV - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

V - executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.

Esta estrutura, apesar do pouco tempo de existência, já logrou êxito na execução de ações prioritárias, entre os quais, a intensificação de contatos com as organizações estaduais e municipais de meio ambiente e com representantes da sociedade civil, buscando, com isso, organizar e implementar instrumentos para gerir, de maneira ágil, a política proposta, baseada no fortalecimento e na consolidação do

SISNAMA, um exemplo é a mobilização para a realização da III Conferência Nacional de Meio Ambiente, agendada para o dia 8 de maio de 2008.

Por outro lado, para apoiar as iniciativas de descentralização, o Ministério investiu, por meio do Programa Nacional de Capacitação de Gestores e Nacional do Meio Ambiente, em projetos que visam capacitar técnicos e assessorar comunidades no desenvolvimento de ações voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais. Com esse objetivo, defendeu a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais, como meio de tornar mais eficientes as políticas públicas.

Também foram desenvolvidas ações para o envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado de princípio da “transversalidade”, que também orienta a política ambiental. De acordo com esse princípio, que já constou no Plano de Governo para o período 2003-2006, o meio ambiente está deixando de ser alvo de uma política setorial para entrar na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos, de maneira a integrar e dialogar com as demais políticas públicas.

3 Estratégia de atuação

Para estimular os princípios de compartilhamento e integração, foram determinadas quatro linhas básicas para traçar a política ambiental do Brasil, compreendendo a Política Ambiental Integrada, que permeia todas as iniciativas, ações, projetos, planos e programas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) desde os primeiros momentos de 2003. As diretrizes definidas são as seguintes:

- * A promoção do desenvolvimento sustentável;
- * A necessidade de controle e participação social;
- * O fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA); e
- * O envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais.

4. Gestão de programas e ações

No exercício de 2007 foram desenvolvidos programas, projetos e atividades vinculadas aos objetivos e prioridades do PPA 2004-2007, conforme relação abaixo:

Programa 0511 Gestão da Política de Meio Ambiente

Programa 0052 Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

Programa 1102 Agenda 21

Programa 0502 Amazônia Sustentável

4.1. Programas

4.1.1. Programa 0511 – Gestão da Política de Meio Ambiente

4.1.1.1. Dados Gerais

O Programa tem papel especial nas atividades de planejamento, coordenação e gestão das ações governamentais, uma vez que estas auxiliam a formulação, avaliação, reordenamento e o controle dos programas finalísticos.

Tabela II – Dados gerais do programa

Tipo de programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente. Promover, no Ministério do Meio Ambiente e nas respectivas Entidades Vinculadas e supervisionadas, a capacitação institucional necessária à formulação, implementação, acompanhamento e avaliação eficazes da política de meio ambiente do Governo Federal.

Gerente do programa: João Paulo R. Capobianco

Gerente Executivo: Mauro Pires

Indicadores ou parâmetros utilizados: Não se aplica

4.1.1.2 Principais Ações do Programa

No âmbito da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, o Programa 0511 Gestão da Política de Meio Ambiente é executado pelas seguintes ações:

Ação 6917 - Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável;

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	2 estatísticas	914.537,00	3 estatísticas	196.618,22	150	21,5

Ação 6687 Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Município;

PERÍODO	PROGRAMADO	REALIZADO	%
---------	------------	-----------	---

	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	1.800 capacitados	1.967.109,00	3.862 capacitados	496.189,93	214	25,22

Ação 0912 Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	8 projetos	5.042.861,00	(*)	2.835.026,00	(*)	56,28

(*) Não se aplica. A ação se encontra em fase de negociação com o Banco Mundial, para implementação da Fase 2, conforme aprovado pela COFIEX/MPOG. Os recursos do orçamento 2007 foram aplicados em atividades de divulgação e preparatórias.

Ação 09HP – Apoio à realização das Conferências Estaduais e Municipais do Meio Ambiente

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	80 conferências municipais realizadas	2.550.000,00	80 conferências municipais realizadas	2.450.000,00	100	96,07

4.1.1.3 Gestão das Ações

4.1.1.3.1. Ação 6917 - Estatísticas Ambientais e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

4.1.1.3.1.1 Dados gerais

Finalidade: Introduzir e apoiar os procedimentos de coleta de dados e sistematizar as informações ambientais existentes para subsidiar a construção de um Sistema Integrado de Contas Econômico-Ambientais e a geração de indicadores que relacionem a sustentabilidade ambiental às atividades econômicas e sociais.

Descrição: Realização de novas pesquisas, bem como inclusão de variáveis ambientais no sistema estatístico existente. Os esforços de estruturar uma agenda de Estatísticas Ambientais, visando produzir e incorporar novos dados que retratem a relação entre o desenvolvimento econômico, a depleção dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente vêm sendo concretizados. A partir de uma relação mais estreita com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do IBGE, o MMA vem apoiando o suplemento Meio Ambiente inserido em sua Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. O MMA também trabalha com a proposta de desenvolver um sistema de indicadores,

visando mapear as principais questões ambientais nos estados e definir prioridades a

serem atendidas pelas ações do MMA.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidades Executoras: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Coordenador: Paulo Sergio Castilho Muçouçah

4.1.1.3.1.2 – Resultados

A ação visa suprir a ausência de informações e dados gerados, sistematizados e disponíveis, bem como estudos prospectivos e analíticos que possam apoiar a formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas afetas à área ambiental, especialmente, necessidade de antecipação, para caráter preventivo, das políticas públicas. As informações devem ser sistematizadas e disponíveis, conforme determina a Lei nº 6.938/81 no Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - Sinima como um dos instrumentos necessários à implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

O SINIMA é gerido pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente- SAIC , conforme o art. 31, do Decreto 6.101/07, por meio do Departamento de Coordenação do Sisnama - DSIS, e possui três eixos estruturantes: o desenvolvimento de ferramentas de acesso à informação baseadas em programas computacionais livres; a sistematização de estatísticas e elaboração de indicadores ambientais; a integração e interoperabilidade de sistemas de informação de acordo com uma Arquitetura Orientada a Serviços - SOA.

Este processo de implementação conta com o apoio do Comitê Gestor do SINIMA, instituído pela Portaria nº 310, de 13 de dezembro de 2004, no sentido da definição das diretrizes, acordos e padrões nacionais para a integração da informação ambiental.

No ano de 2007, foram realizadas as seguintes atividades e alcançados os seguintes resultados:

- Assinado Memorando de Entendimento com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA para o desenvolvimento de atividades da ação e implementação da parceria direta com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC e com o Departamento de Coordenação do Sisnama – DSIS, unidade de coordenação geral das atividades da ação.
- Finalizado o diagnóstico e cenários para o Relatório GEO Brasil Florestas, componente da série temática sobre o estado e perspectivas do meio ambiente no Brasil, desenvolvido em parceria com o Departamento de Florestas (SBF) e o Serviço Florestal Brasileiro.
- Lançamento do GEO Brasil Recursos Hídricos, componente da série temática sobre o estado e perspectivas do meio ambiente no Brasil em 05.03.2007, desenvolvido em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), e com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA – com qual o Ministério do Meio Ambiente tem Memorando de Entendimento assinado para desenvolvimento desta série.

- Concluído o Relatório de Acompanhamento da Iniciativa Latina Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável – ILAC. Este relatório foi desenvolvido com colaboração das diferentes secretarias do Ministério do Meio Ambiente, além do Ministério da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), do Ministério da Cidade, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IBGE), entre outros. Esses parceiros foram fundamentais para a construção desse documento que congrega um conjunto de estatísticas definido pelo Fórum de Ministros do Meio Ambiente e apresenta o contexto brasileiro, em forma de indicadores. (dezembro de 2007)
- Início da elaboração de Relatório sobre Acesso a Informação Ambiental, iniciativa e coordenação do Fórum Brasileiro de Organizações Não-governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente - FBOMS, juntamente com o PNUMA, e com a colaboração do Departamento de Coordenação do SISNAMA-DSIS desta Secretaria. Uma das finalidades é integrá-lo aos Relatórios GEO Série Temática.
- Desenvolvimento de atividades relacionadas ao Inventário de Indicadores Ambientais Nacionais. Esta atividade iniciada em março de 2007 faz parte das atividades que objetivam elaborar um conjunto de indicadores ambientais nacionais, contando com a colaboração de instituições diretamente ligadas ao Ministério do Meio Ambiente: ANA, IBAMA, Serviço Floresta e Chico Mendes, além do IBGE.
- Durante o ano de 2007, foi desenvolvido um plano de trabalho e iniciadas as atividades de sondagem entre as Secretarias do Ministério para verificar seus potenciais na construção de indicadores específicos. Os trabalhos continuarão em 2008 com a formação de um grupo de trabalho.

O produto definido para o programa, de âmbito nacional foi “Estatística indicador desenvolvido”, medido por unidade, e cuja meta para 2007 foi ultrapassada, já que foram previstas 2 (duas), e realizadas 3 (três). Especialmente, o trabalho desenvolvido nos documentos GEO Brasil Recursos Hídricos; somado ao conjunto de estatísticas definido pelo Fórum de Ministros do Meio Ambiente constantes do Relatório de Acompanhamento da Iniciativa Latina Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável – ILAC e que ainda apresentam o contexto brasileiro, em forma de indicadores. (dezembro de 2007)

4.1.1.3.2. Ação 6687 Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios

4.1.1.3.2.1 – Dados gerais

Finalidade: Promover a qualificação dos gestores e conselheiros estaduais e municipais, visando maior e melhor capacidade na formulação e implementação de políticas e de um modelo adequado de gestão ambiental.

Descrição: Realização de ações voltadas ao treinamento e capacitação, tais como: ministração de cursos de formação, bem como pagamento de passagens e diárias aos

serviços para viagem de de capacitação, seminários e congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Unidade Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Unidade Executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Coordenador : Paulo Sergio Castilho Muçouçah

4.1.1.3.2.2 – Resultados

A ação visa capacitar gestores, conselheiros ambientais e técnicos das Câmaras de Vereadores com vista a ampliar a compreensão do SISNAMA e seu fortalecimento, e promover a estruturação das bases dos sistema municipais de gestão ambiental como parte do fortalecimento do SISNAMA a partir da capacitação de diversos segmentos sociais para exercer com autonomia as ações de gestão no âmbito de suas competências, de acordo com a realidade sócio-econômica e ambiental regional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

As principais diretrizes da ação são elencadas a seguir:

- Gestão ambiental compartilhada, considerando os princípios da municipalização, descentralização e desconcentração;
- Compromisso com a continuidade;
- Construção conjunta da forma e do conteúdo das atividades de capacitação, levando em conta as experiências bem sucedidas;
- Articulação com temas estruturantes (como o Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, os Planos Diretores e as Agendas 21);
- Compromisso com os instrumentos de planejamento e gestão;
- Estabelecimento de parcerias para dar efetividade ao desdobramento da política ambiental compartilhada e integrada;
- Acompanhamento e avaliação permanentes do programa; e
- Distribuição eqüitativa nas regiões geopolíticas brasileiras

Em conformidade com os objetivos foram realizadas as seguintes atividades e alcançados os resultados abaixo relacionados:

- Executados os cursos de capacitação em 9 estados da Federação, inclusive o estado do Espírito Santo que assinou Convênio com o MMA, em 2005, mas somente deu início a capacitação em 2007;
- Iniciado o processo de capacitação, por intermédio da assinatura de dez convênios, incluindo os estados da Bahia, Ceará, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de

Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo em parceria com a PETROBRÁS como financiador, e o Ministério do Meio Ambiente como interveniente desses convênios. O estado Ceará iniciou a capacitação no segundo semestre de 2006 e finalizou em dezembro de 2006, quatro estados finalizaram a capacitação em 2007 e já estão realizando as suas prestações de contas (Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro). Os estados da Bahia, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo estão executando a programação de cursos. Vale ressaltar que o estado de Santa Catarina, deverá formar um grupo de trabalho para planejar e executar a capacitação nos municípios do estado.

Nos estados que finalizaram a capacitação em 2007 foram obtidos os seguintes resultados:

- Goiás: 5 novos municípios com órgãos ambientais, criação de 25 novos conselhos municipais de meio ambiente, 20 conselhos reativados e 19 municípios fazendo licenciamento ambiental;
- Pernambuco: criação de 13 Fóruns, criação de 23 novas secretárias de meio ambiente e 111 municípios compondo suas secretárias de meio ambiente;
- Rio Grande do Norte: criação de 26 novos conselhos municipais de meio ambiente.

O quadro abaixo apresenta os principais parceiros do Ministério do Meio Ambiente na execução desta ação:

Parceiros	Produto
Petrobrás	10 convênios com estados da Bahia, Ceará, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo
<ul style="list-style-type: none"> • World Bank Institution-WBI • Caixa Econômica Federal • Fundação Universidade de Brasília – FUB • Rede global de aprendizagem para o desenvolvimento • Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais- ABRELPE 	<ul style="list-style-type: none"> × 8 seminários temáticos por meio de videoconferências com a participação de grupos dos projetos em execução; e × Curso piloto à distância de gestão integrada de resíduos sólidos

O produto definido para o programa, de âmbito nacional foi “Servidor Capacitado”, medido por unidade, e cuja meta para 2007 foi ultrapassada, já que foram previstas 1.800 (um mil e oitocentos), e capacitados 3.862 (três mil e oitocentos e sessenta e dois) servidores.

O Programa Nacional de Gestores Ambientais, mesmo com as dificuldades do contingenciamento do orçamento do PPA 2007, fato impeditivo da assinatura de novos

convênios para dar cumprimento ao PPA 2004/2007, foi executado com recursos oriundos da parceria MMA e PETROBRÁS, ultrapassando a meta de capacitação prevista para 2007

4.1.1.3.3. Ação 0912 Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)

4.1.1.3.3.1 – Dados gerais

Finalidade: Estimular projetos de modernização dos sistemas estaduais de meio ambiente e de gestão integrada dos recursos naturais, de forma articulada e intersetorialmente, visando a avanços na gestão ambiental do País, resultando em melhoria efetiva da qualidade do meio ambiente.

Descrição: Realização de projetos para apoio à adoção de práticas ambientais sustentáveis, associadas a modernização da aplicação de instrumentos de comando e controle, incluindo licenciamento ambiental, monitoramento da qualidade da água e ordenamento da Zona Costeira.

Unidade Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Unidade Executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Coordenador: Paulo Sergio Castilho Muçouçah

4.1.1.3.3.2 – Resultados

A ação Gestão Integrada de Meio Ambiente (PNMA II), classificada como ação do tipo Operações Especiais, foi objeto do Acordo de Empréstimo entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial (nº 4524-BR), encerrado em junho de 2006, e apoiou projetos que atuaram no fortalecimento das instituições que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, por intermédio do componente Desenvolvimento Institucional, e na melhoria da qualidade ambiental em todo o País, através do incentivo à gestão integrada dos recursos naturais (componente Ativos Ambientais). Por solicitação do Ministério do Meio Ambiente, a Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão aprovou a carta-consulta que autoriza a Fase 2 para continuidade da operação junto ao Banco Mundial, por meio da Recomendação nº 868, do dia 03 de julho de 2006. As atividades desenvolvidas fazem parte do processo de negociação do novo empréstimo, além da divulgação para a sociedade dos resultados obtidos durante a execução da Fase 1 (2000 a 2006).

Em conformidade com a Recomendação da COFIEX, acima citada, foram realizadas as seguintes atividades:

- Primeira Missão de Preparação, realizada entre os dias 17 e 24 de maio de 2007, com os seguintes objetivos: (i) reiteração dos princípios que norteiam o PNMA II: descentralização da gestão ambiental, participação/parceria, integração de políticas setoriais e atuação orientada para resultados de qualidade ambiental; (ii) definição

pela manutenção dos componentes Gestão de Ativos Ambientais e Desenvolvimento Institucional (licenciamento ambiental e monitoramento ambiental); (iii) definição e discussão dos critérios de elegibilidade para todos os componentes do PNMA II; (iv) elaboração de estratégia de articulação e comunicação do PNMA II junto às diferentes áreas do MMA; (v) preparação de políticas de salvaguardas para o Banco Mundial, incorporando as lições aprendidas na Fase 1 do PNMA II.

- Realização de dois seminários sobre Licenciamento Ambiental, em Brasília, com a participação de representantes das 27 Unidades da Federação e de outras instituições públicas e privadas (Ministério Público, Banco Mundial, TCU, CNI, Ibama, BNDES e outros), visando a divulgação dos resultados obtidos na 1a. Fase do PNMA II.
- Reunião Técnica de discussão de instrumento informatizado para utilização pelos órgãos estaduais de meio ambiente denominado Sistema de Apoio a Decisão – SAD, envolvendo a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC), Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Informática (CGTI) e da Agência Nacional de Águas (ANA).
- Co-participação na realização do Encontro sobre Contenção de Processos Erosivos e Adequação de Estradas Rurais, em Alto Taquari/MT, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Alto Taquari, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT e a Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER/MT, com a participação de representantes de 2 estados, de 10 pesquisadores da UFMT e UNEMAT, das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Rural de Projetos Estratégicos, de Infra-Estrutura – SINFRA, do Ibama, CEFET, Assembléia Legislativa do Estado de MT, do Sindicato dos Produtores Rurais, EMBRAPA Solos, MMA/Programa Pantanal, Banco do Brasil, Associação dos Municípios – AMM-MT, Federação da Agricultura e Pecuária de MT – FAMATO.
- Co-participação na realização do II Encontro Nacional das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais, em Brasília/DF.
- Segunda Missão de Pré-avaliação, realizada entre os dias 10 e 21 de dezembro de 2007, com os seguintes objetivos: pré-avaliação do projeto incluindo: (i) revisar os componentes e atividades da Fase 2; (ii) identificar os possíveis obstáculos e medidas de mitigação; (iii) acompanhar a elaboração dos documentos de salvaguardas para o projeto; (iv) avaliar a capacidade de gestão financeira e de aquisições da Unidade de Gestão do Projeto (UGP); (v) revisar o marco legal e arranjos institucionais; (vi) revisar os custos estimados por componente.
- Realização do seminário do PNMA sobre Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em Salvador, com a participação de representantes de 22 estados e de outras instituições públicas (Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Funasa, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ibama, Ministério Público, CEF e outros), com 136 participantes.
- Elaboração e publicação de 5 Cadernos Temáticos do PNMA II - Licenciamento

Ambiental, Proteção de Mananciais de Abastecimento, Gerenciamento Costeiro, Gestão Ambiental na Suinocultura e Monitoramento de Qualidade da Água, tratando das principais atividades desenvolvidas na Fase 1 do PNMA II

- Publicação de dois documentos técnicos com os resultados relativos ao projeto de gestão de resíduos sólidos na bacia do rio Ipojuca/PE (Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Bacia do Rio Ipojuca - Pernambuco) e ao projeto de levantamento da cobertura vegetal da região do Araripe/PE (Diagnóstico Florestal da Região do Araripe), editados pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco – SECTMA/PE.
- Avaliação dos resultados da ação, por meio da contratação de consultores independentes, junto ao público-alvo e à sociedade.

4.1.1.3.3.4. Ação 09HP – Apoio à realização das Conferências Estaduais e Municipais do Meio Ambiente

4.1.1.3.3.4.1 – Dados gerais

Finalidade: Apoiar a realização de Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente para discutir propostas e diretrizes para a Política de Meio Ambiente, com vistas a preparar a Conferência Nacional do Meio Ambiente, auxiliando, para tanto, na criação de todos os mecanismos possíveis para viabilização e implementação das mesmas.

Descrição: Formação de comissões organizadoras das conferências municipais, estaduais e regionais envolvendo os segmentos da sociedade, públicos e privados; Apoio à realização das plenárias das conferências nos estados e municípios.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidade executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/ Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Coordenador: Juliano Martorano Niero

4.1.3.3.4.2. Resultados

A Conferência Nacional do Meio Ambiente é um espaço de convergência social, de caráter transversal, que permite a participação democrática dos setores da sociedade brasileira (empresarial, governamental e sociedade civil) com o objetivo de compartilhar problemas, buscar soluções, discutir e assumir responsabilidades individuais e coletivas e apresentar reivindicações e sugestões de aprimoramento da política visando a sustentabilidade socioambiental brasileira.

O processo se inicia com a realização das conferências municipais e estaduais do meio ambiente e culmina na plenária nacional, onde são discutidas e votadas deliberações à Política Nacional do Meio Ambiente de competência da União. A terceira edição da CNMA, a ser realizada de 08 a 11 de maio de 2008, terá como tema central as Mudanças Climáticas e colherá subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas que se encontra em fase de elaboração pelo Governo Federal.

A cada conferência realizada, tem aumentado a participação popular e com isso fortalecido esse sistema público e participativo de construção da Política Ambiental integrada. A expectativa do MMA para a III CNMA é envolver mais de 100 mil pessoas. Até dezembro de 2007, foram realizadas 439 conferências, sendo 364 municipais, 83 regionais e 4 estaduais, com a participação de aproximadamente 40.000 pessoas. Os estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso e Piauí concluíram a etapa estadual e os demais realizarão suas conferências até o dia 16 de março de 2008, quando elegerão os delegados para a conferência nacional.

Para apoiar a realização das conferências o MMA preparou um Caderno da Conferência contendo um texto de apoio sobre as Mudanças Climáticas e um texto-base com propostas para discussão nas plenárias estaduais. O MMA participou ainda do processo de mobilização dos atores sociais e capacitação das Comissões Organizadoras Estaduais nos 27 estados.

Principais resultados:

- Lançamento oficial da III CNMA em junho 2007, no Palácio Planalto
- Montagem da Equipe da III CNMA
- Reunião da Comissão Organizadora Nacional (CON)
- Secretarias executivas das Conferências assumidas pelos Estados.
- Constituição do Comitê Interno de Apoio
- Produção de folders, cartazes e outros materiais de divulgação.
- 439 conferências realizadas, sendo 364 conferências municipais vinculadas a III CNMA, 83 conferências regionais realizadas e 4 conferências estaduais.
- 9 atividades de lançamentos de conferências estaduais.
- 55.135 participantes.
- Realização de oficina de capacitação para 5 Estados .
- Elaboração do Texto-Base e Regimento Interno da III CNMA.
- Consolidação e fortalecimento das Comissões organizadoras estaduais (COEs).
- Na área internacional: criação do Grupo *ad hoc* no SGT 6 Mercosul para a organização da 1ª Conferência Meio Ambiente e Mercosul.

As principais despesas foram para execução do Projeto “Apoio à Realização

das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e da realização da III CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE”, que envolveu: Capacitação das Comissões Organizadoras Estaduais (COE); Capacitação e promoção de reuniões da Comissão Organizadora Nacional; Formação dos relatores e sistematizadores estaduais; Apoio às Conferências Estaduais de Meio Ambiente; Apoio às Conferências Micro regionais de meio ambiente; elaboração de documentos técnicos e de apoio à etapa preparatória da III Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA); Apoio a Conferência Nacional Infanto-Juvenil; Apoio ao processo preparatório da Conferência Internacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (2010); Articulação para a realização da I Conferência do Mercosul junto aos países membros. As demais despesas foram em custos recorrentes (diárias e passagens) visando custear a etapa preparatória das conferências. No período foi usado apenas fonte do Tesouro Nacional.

Em função da III CNMA estar prevista para o primeiro semestre de 2008, em 2007, os gastos foram compatíveis com a execução física. No entanto, para a realização da III CNMA faz-se necessário a complementação de recursos.

Recursos humanos envolvidos foram: 01 Coordenador (DAS); 3 servidores efetivos; 02 servidores terceirizados e 14 consultores. Com relação a recursos materiais, foi utilizado essencialmente material de consumo.

Por intermédio do Projeto de Cooperação Internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD foram contratados 14 consultores para apoiar o processo de realização da III CNMA, contratações estas fundamentais para a capacitação da sociedade civil nas temáticas de desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e cidadania; como também na capacitação e fortalecimento das Comissões Organizadoras Estaduais e, ainda, disseminação do processo na preparação e realização das Conferências Estaduais do Meio Ambiente como parte do processo da III CNMA.

4.1.2. Programa 0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis

4.1.2.1. Dados Gerais

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Gerente do Programa: Hamilton Pereira da Silva

Gerente Executivo: Marcos Sorrentino

Produto ou parâmetros utilizados: Número de coletivos educadores instituídos

Público Alvo (beneficiários): Educadores ambientais, profissionais do ensino, estudantes, gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários atuantes na área ambiental e usuários e manejadores diretos de recursos ambientais.

4.1.2.2. Principais Ações do Programa

- 4932 - Formação de Educadores Ambientais

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	179.400 pessoas formadas	2.522.156,00	180.000 pessoas formadas	2.659.938,00	100,33	105,46

- 2D08 - Gestão Compartilhada da Educação Ambiental

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	27 UF apoiadas	1.139.000,00	27 UF apoiadas	1.034.761,60	100	90,8

- 1997 - Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	65% de sistema implantado	124.000,00	65% de sistema implantado	124.000,00	100	100

- 6857 - Produção e Difusão de Informação Ambiental de Caráter Educativo

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	815 informações difundidas	107.000,00	815 informações difundidas	107.000,00	100	100

- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	-	-	-	-	-	-

- 2B35 – Assistência Técnica para a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	2 órgãos assistidos	646.437,00	41 órgãos assistidos	597.353	2.050	92,4

4.1.2.3. Gestão das Ações

4.1.2.3.1. Ação 4932 - Formação de Educadores Ambientais

4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

Finalidade: Contribuir para a construção de sociedades sustentáveis por meio da promoção de ações de formação de educadores ambientais.

Descrição: Apoio suplementar a articulações interinstitucionais em seus processos de formação e constituição como Coletivos Educadores; na formulação, gestão, implementação e avaliação de projetos políticos pedagógicos que propiciem o fortalecimento da cidadania socioambiental, do controle social das políticas públicas e sua aproximação com a totalidade da população de seus arranjos territoriais; a promoção da reflexão crítica sobre a atual crise civilizatória e a problemática ambiental, o aprofundamento conceitual, a instrumentalização para a ação educativa, a pro-atividade dos seus participantes e a articulação institucional visando à continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a permear, de forma permanente e continuada, todo o tecido social do território estrategicamente estipulado pelas instituições. Promoção de eventos de educação ambiental e educação no processo de gestão ambiental, presenciais e à distância, inclusive relacionados à atividade da indústria do petróleo, dirigidos a: educadores ambientais; profissionais do ensino e estudantes; gestores, técnicos, profissionais da mídia e voluntários que atuam na área ambiental; usuários de recursos ambientais, comunidades afetadas por empreendimentos, grupos sociais envolvidos em conflitos ambientais, e manejadores diretos de recursos ambientais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas Ministério do Meio Ambiente

Coordenador: Marcos Sorrentino

4.1.2.3.1.2. Resultados

O Programa Nacional de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais vem contribuindo para a descentralização da EA em todo Território Nacional. Parte essencial do sucesso do mesmo é a criação e fortalecimento dos Coletivos Educadores, hoje aproximadamente 20 estão em pleno processo de formação dos educadores ambientais e os demais (aproximadamente 130) em processo de elaboração do Projeto político pedagógico para atuação em sua base territorial. Cada coletivo tem em média 150 educadores em sua formação, o que promove sinergia entre as instituições e ações de EA na região onde atuam.

Durante todo o ano foram promovidos diversos eventos, nos diversos estados brasileiros, visando o fortalecimento dos Coletivos Educadores, tais como: II Fórum Nacional de Educação em Agroecologia, 1ª oficina de trabalho do Coletivo Lagos de São João – Saquarema/ RJ, Oficinas Conceituais com os Coletivos Educadores do RJ, BA e SP, Oficina de Formação de Educadores Ambientais na Bahia – início de um processo de formação com representantes da CIEA, Coletivos Educadores, Coletivo Jovem, gestores do governo estadual e curso semi presencial de Arte Educação para os Coletivos Educadores de SP, com apoio nosso para edição de um CD Room que será disponibilizado aos Coletivos do Brasil. Além disso, realizamos palestras em congressos e seminários, como: 1º Fórum do Coletivo Educador do Recôncavo Sul, Seminário do Coletivo da EMATER - MG, Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Encontros de Educadores Ambientais em Alta Floresta - MT, Conferência Latino Americana sobre Meio Ambiente e Responsabilidade Social - Ecolatina (BH-MG) e Seminário Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (Brasília, DF). Somada a estratégia dos Coletivos Educadores, foram realizadas outras atividades de formação, tais como: a realização do módulo III do Curso de Formação de Extensionistas como educadores agroflorestais do Cerrado. Esse curso foi ministrado em parceria com o MDA e planejado em parceria com diversas instituições. Foi feita avaliação e elaborado um relatório. Teve como público técnicos extensionistas e educadores ambientais que trabalham com comunidades rurais. O Curso foi um sucesso na medida que atingiu seus objetivos, tendo sensibilizado os técnicos envolvidos, possibilitado a incorporação de novos conceitos, a reflexão sobre seu papel e atuação profissional, bem como a formação de uma rede envolvendo todos eles. Nesse sentido, temos trabalhado no fortalecimento da agroecologia no MMA e na articulação da Comissão Interministerial de Educação em Agroecologia e criação e formalização do GT de Agroecologia do MMA, com envolvimento efetivo de vários órgãos/setores do MMA. Uma outra atividade de formação que trabalhamos durante todo ano de 2007 foi a organização de um processo continuado de formação dos Servidores do MMA. Foi constituída uma comissão gestora, celebrado um acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília, planejado um curso de especialização e selecionados os participantes. O aporte proveniente de emendas parlamentares apóia a construção e execução de

atividades de EA nos estados, bem como amplia a apresentação de resultados físico-financeiros da ação. Em 2007 foram firmados três convênios com instituições públicas, em um total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). O repasse de recursos financeiros ficaram em restos a pagar (rap) 2008, sendo assim, a consolidação de seus resultados deverão ser ofertados no próximo relatório.

Por meio de parceria técnica e institucional diversos documentos foram elaborados e disponibilizados a sociedade:

Documento Técnico nº 9:
Programa Juventude e Meio Ambiente

Documento Técnico nº10:
Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola -
Com-vida

Documento Técnico nº11:
II Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente

Documento Técnico nº12:
Mapeamento da Educação Ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior:
elementos para políticas públicas

Documento Técnico nº14:
O passo a passo para a ação Municípios Educadores Sustentáveis

Documento Técnico nº15:
Mapeamentos, Diagnósticos e Intervenções Participativos no Meio Ambiente

Documento Técnico nº 16 (Versão em consulta no Seminário Nacional)
Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento
(PEAMSS)

Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras/es Ambientais e Coletivos Educadores
Volume II

Educação Ambiental - Relatório de Gestão 2003-2006

Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
Anexo II – Programa Saneamento para Todos – FGTS
Apêndice i – Diretrizes para o Trabalho Sócio-Ambiental
(Contribuições orientadoras da EA para o campo do Saneamento)

Acompanhamento para publicação das palestras e anais ocorridos no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, realizado com apoio do Departamento de Educação Ambiental.

4.1.2.3.2. Ação 2D08 Gestão Compartilhada da Educação Ambiental

4.1.2.3.2.1. Dados gerais

Finalidade: Promover a gestão compartilhada e a participação social na gestão da educação ambiental, nas unidades federativas.

Descrição: Gestão compartilhada da educação ambiental nas unidades federativas e municípios por meio do aporte técnico, da articulação e do fomento à montagem e implementação, ao fortalecimento e à democratização de instâncias colegiadas, formados por instituições com atuação em educação ambiental, nas unidades federativas, no Ministério do Meio Ambiente e no Governo Federal, paritários e representativos dos diferentes setores e segmentos da sociedade e dos órgãos de governo. Colegiados esses com a responsabilidade pela gestão da educação ambiental, pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas de educação ambiental nas suas respectivas áreas de competência e abrangência, e pela promoção de sinergia nas ações de educação ambiental desenvolvidas por suas instituições participantes. Incentivo à criação e ao fortalecimento de Centros de Educação Ambiental, em consonância com políticas públicas locais e regionais, e aprimoramento e ampliação da rede de centros de educação ambiental já existente, como referências locais aos colegiados. Incentivo à organização em rede e apoio à consolidação de Redes de Educação Ambiental como instâncias de operação horizontal de instituições e pessoas, facilitadoras e operadoras da participação social junto aos colegiados mult institucionais. Articulação e representação política junto ao governo e à sociedade para formulação e implementação de políticas públicas ambientais em diferentes instâncias e territórios. Para a execução desta ação prevê-se a constituição e manutenção de uma equipe permanente de profissionais na Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e de sua infra-estrutura física. A ação será realizada por meio de reuniões, seminários, encontros, visitas às unidades federativas, implementação de grupos de trabalho, comunicação à distância, estabelecimento de convênios, termos de cooperação, formulação de editais e portarias, elaboração de manuais operacionais e documentos.

Unidade Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Unidade Executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Área Responsável por gerenciamento ou execução: Departamento de Educação Ambiental

Coordenador: Marcos Sorrentino

4.1.2.3.2.2. Resultados

As atividades que visam compartilhar a gestão da Educação Ambiental com Estados, Municípios e com a sociedade organizada são continuamente desenvolvidas por

meio da articulação de CIEAs (Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental) nas 27 Unidades Federativas, do apoio e fortalecimento das Redes de Comunicação e Educação Ambiental temáticas, setoriais, territoriais e nacionais.

Foram elaborados um texto-base (problematizador) e uma cartilha sobre o Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA). Para discussão e validação da proposta do Sistema elaborada no Órgão Gestor foi desenvolvida uma metodologia aberta à consulta pública que contou com visitas aos estados para apresentação e diálogo sobre a proposta, com a criação de um *kit* com materiais para os técnicos enraizadores utilizarem em suas visitas técnicas e enviarem a possíveis parceiros nos territórios.

Para apoiar a descentralização da EA entre órgãos federais de meio ambiente e educação e órgãos estaduais e municipais, foi realizado o Encontro Nacional de Gestores Estaduais em Salvador/Bahia, para o qual foi produzida uma plataforma de ação comum para o SISNEA, a edição das memórias do encontro em formato virtual e a publicação de um documento do Compromisso de Salvador – que centra no objetivo de uma gestão mais compartilhada da EA com Secretários Estaduais, gestores e sociedade organizada (por meio das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental). Ainda para consecução deste objetivo, foram realizadas 16 oficinas de formação continuada em 23 unidades federativas que visaram articular processos formativos de educadores ambientais populares às estruturas educadoras, bem como realizar viagens de enraizamento visando articulação com Secretarias Estaduais, antigos NEAs do Ibama, CIEAs, Salas Verdes e Coletivos Educadores.

O trabalho do Departamento ocorre regularmente de forma coordenada ao da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC, por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Este trabalho é acompanhado externamente pelo Comitê Assessor que reúne-se periodicamente, tendo realizado suas 8ª e 9ª reuniões, e internamente pela Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) que passou, em 2007, por revisões em sua estrutura e funcionamento decorrentes da reestruturação do MMA e vinculadas.

No campo internacional, foi realizada uma missão de cooperação técnica com Angola para construção do Programa Nacional de Educação ambiental desse país, e elaborado o projeto "Educação Ambiental na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) no marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável", que foi aprovado por tal Comunidade para ser implementado durante 2008 no âmbito dos 8 países pertencentes à CPLP.

Foi elaborado um *Kit* da Década da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, em parceria com a UNESCO, e apoio financeiro da Itaipu-Binacional, contendo três publicações editadas pelo DEA/MMA e disponibilizadas em meio digital na página eletrônica do MMA com informações atualizadas a respeito das discussões travadas no país sobre a temática. Estas ações visam à definição de estratégias para implementação nacional da Década da EDS.

Houve participação na organização do I Congresso Internacional dos países Lusófonos e Galícia, em Santiago de Compostela, Espanha, de 23 a 27 de setembro. O evento objetivou forjar as bases de uma cooperação internacional em áreas ligadas ao meio ambiente, tais como a capacitação para a gestão de Áreas Protegidas, o turismo nas

suas múltiplas vertentes e impactos ambientais, a capacitação para a gestão ambiental municipal e a promoção do conhecimento sobre práticas socioambientalmente sustentáveis. Os eixos temáticos trabalhados no evento foram os principais desafios ambientais atuais, que são as Mudanças Climáticas e a Conservação da Biodiversidade, assim como as formas de enfrentamento a estes problemas mediante a busca da Sustentabilidade Socioambiental e o uso da Cooperação Internacional. Com base nestes eixos foram definidas 10 Áreas de Trabalho.

4.1.2.3.3 Ação 1997 - Implantação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

4.1.2.3.3.1. Dados gerais

Finalidade: Captar, tratar e promover a interação e a disseminação de informações constituindo-se num banco de dados, dinâmico e atualizado, capaz de promover a democratização do acesso a dados e materiais no campo da Educação Ambiental

Descrição: Trata-se de uma plataforma, constituída por um conjunto de sistemas voltado a gestão de competências em Educação Ambiental. Prevê sistemas de registros e sistemas de buscas por competências, sistemas de investigação de redes sociais e sistemas ligados a geocodificação das informações, que viabilizam a disseminação, divulgação e democratização de um conjunto de informações em Educação Ambiental, conforme institui a PNEA, bem como interage com a proposição de difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental e a construção de uma rede de informações com o intuito de estruturação de um banco de dados voltado ao meio ambiente (SINIMA), que subsidiem aos educadores uma ampliação do conhecimento e de informações, possibilitando melhorar a qualidade de vida da população, e enfrentamento coletivo de situações de dano ambiental local, inclusive os relacionados à atividade da indústria do petróleo.

Unidade Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Unidade Executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Área Responsável por gerenciamento ou execução: Departamento de Educação Ambiental

Coordenador: Marcos Sorrentino

4.1.2.3.3.2. Resultados

Em maio de 2007, o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA) foi disponibilizado a sociedade brasileira a partir da estruturação de 03 módulos: 1) Módulo Educadores Ambientais; 2) Módulo Instituições e 3) Módulo de Redes Sociais. Em funcionamento, desencadeou-se a estratégia de formação das bases de dados, que envolve a concepção de sistemas para captura de informações e programas de interoperabilidade com outras plataformas de governo eletrônico. Nesse contexto, parte do conjunto das informações são capturadas pelo espelhamento e migração dos currículos da Plataforma Lattes - CNPq. A formação da base de dados é complementada pelos dados informados pelo cadastramento espontâneo. A partir da base de dados, qualquer interessado poderá realizar consultas, buscas e pesquisas.

Em 2007 foram registrados: 2.889 cadastros de educadores ambientais; 15.756 de CV Lattes migrados; - 421 cadastros de instituições; e 18.008 buscas realizadas.

Devido ao bom resultado e a demanda apresentada, iniciou-se em 2007, o processo de concepção de desenho dos novos módulos a serem agregados ao sistema, objetivando: - constituir instrumentos que auxiliem na gestão da qualidade das informações registradas pelos atores do Portal SIBEA; - instituir novos fluxos de registro para os educadores ambientais e instituições; - mapear as informações adicionais a serem gerenciadas acerca dos educadores ambientais e das instituições ligadas à educação ambiental; - ampliar o conteúdo indexado pelos sistemas de busca de forma a contemplar as informações adicionais gerenciadas pelos ambientes educador e instituição.

4.1.2.3.4 Ação 6857 - Produção e Difusão de Informação Ambiental de Caráter Educativo

4.1.2.3.4.1 Dados gerais

Finalidade: Proporcionar à população, inclusive aqueles que vivem em áreas litorâneas ou nas proximidades de instalações da indústria petrolífera, acesso à informação e comunicação ambiental e aos seus meios de produção e gestão, estabelecendo dinâmicas continuadas de educação ambiental nos espaços e coletivos educadores de forma associada aos meios de comunicação, e possibilitando a formação para atuação em comunicação ambiental de caráter educativo.

Descrição: As ações estruturantes e estruturas a serem implementadas incluem o estabelecimento de cooperação técnica com canais públicos de rádio e TV e parceira com redes de educação e comunicação ambiental e coletivos educadores; apoio a produção da comunicação e informação para todas as mídias de modo descentralizado (ongs, órgãos públicos estaduais e municipais, estruturas e coletivos educadores); manutenção de portais de informação e comunicação ambiental na internet; implementação de linha editorial de publicações; produção interativa de programação educativa em Rádio e TV e sua veiculação regular em canais públicos; implantação de um plano de formação incluindo a criação de plataforma de educação à distância e ações educativas presenciais; apoio à implantação de centros de comunicação educativa socioambiental;

disponibilização de informação e documentação no Centro de Informação e Documentação Ambiental (CID) ; implantação do Centro Unificado de Informação e Documentação Ambiental (MMA e IBAMA).

Unidade Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Unidade Executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Área Responsável por gerenciamento ou execução: Departamento de Educação Ambiental

Coordenador: Marcos Sorrentino

4.1.2.3.4.2 Resultados

Foi realizada permanentemente a manutenção de ferramentas de comunicação a distância como os blogs da educação ambiental – utilizados para comunicação com parceiros das diversas atividades, a manutenção do site do Departamento de Educação Ambiental e sua reestruturação devido à criação do site da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Além disso, permanece sendo alimentado o espaço para disponibilização digital de material audiovisual do CID-Ambiental e do FNMA. Para cumprimento da meta física de produção e veiculação de programas de comunicação ambiental de caráter educativo, foi iniciada a implantação de 5 pontos de antena do Programa GSAC (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão) do Ministério das Comunicações com o apoio e cooperação com tal Ministério e com a Rede Povos da Floresta. Para esta ação, foram desenvolvidas propostas de formação continuada da rede, tendo sido realizadas duas oficinas no Estado do Acre. Está prevista uma oficina de formação no mesmo Estado para 2008. Os projetos foram aprovados e constam no planejamento orçamentário e financeiro do Programa ARPA (áreas Protegidas da Amazônia). Em articulação com o Programa ARPA e o Programa São Francisco, do Ministério do Meio Ambiente, foram aprovados 8 projetos para implantação de rádio-escolas como estruturas de educomunicação socioambiental para produção e gestão de comunicação nos territórios. Estão sendo articuladas outras unidades destas estruturas em parceria com o PAN e com o projeto Corredores Ecológicos – que prevê a implantação de 40 rádio-escolas na região da Mata Atlântica. Houve, ainda, articulação com o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade, Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, visando a implantação da rede digital a partir do próximo ano. No transcorrer deste ano, foi renovada a parceria constituída por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre o DEA e a Radiobrás, além de fortalecida a articulação com a TV Pública, retomando o diálogo para o intercâmbio técnico e cultural, para a produção permanente de mídia com caráter educativo socioambiental nos formatos radiofônico e televisivo. Neste contexto, está em elaboração uma proposta de formação inicial e continuada para educomunicação socioambiental – com abordagem da linguagem radiofônica, produção de conteúdos e gestão de rádio-escolas - articulando outros projetos do Departamento como as Salas

Verdes e os Coletivos Educadores, além dos Pontos de Cultura do Ministério da Cultura. Ainda em parceria com o Ministério da Cultura, foram lançados o programa Tela Verde e um edital para produção de peças de comunicação educativa relativas à temática das mudanças climáticas, considerada prioritária pelo Ministério do Meio Ambiente para os próximos anos de trabalho. Durante o primeiro semestre, teve continuidade a parceria com o Programa Natureza Viva, transmitido pela Rádio Nacional da Amazônia, por meio do qual foram veiculados quadros do Programa EA no AR, com 30 minutos de duração, com conteúdo relacionado à educação ambiental. Durante o segundo semestre foram realizadas, com recursos do Departamento e associadas às atividades de enraizamento da educação ambiental no País, viagens aos Estados da Paraíba, Bahia, Pernambuco, Acre, São Paulo e Rio de Janeiro para atendimento às Comissões Interinstitucional de Educação Ambiental visando apoiar as atividades de formação em educomunicação.

4.1.2.3.5 Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

4.1.2.3.5.1. Dados gerais

Finalidade: Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Descrição: Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.

Unidade Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Unidade Executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Área Responsável por gerenciamento ou execução: Departamento de Educação Ambiental

Coordenador: Marcos Sorrentino

4.1.2.3.5.2. Resultados

A ação não foi executada em 2007 devido à ausência de previsão para execução física da mesma na LOA. Em 2006, teve início a produção de spots para rádio e vinhetas para televisão para veiculação em mídias de caráter público, principalmente, com o objetivo de divulgar eventos e ações de educação e comunicação ambiental. Além

disso, foi realizada uma Chamada Pública para produção de campanhas de mídia sobre ações e experiências, no contexto do Programa Nacional de Educomunicação Socioambiental que visa estimular a produção e gestão local, participativa e colaborativa de peças e meios de comunicação. A adequada continuidade destas ações está intimamente ligada à previsão orçamentária desta ação para o PPA 2008/11.

4.1.2.3.6 Ação 2B35 Assistência Técnica para Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P

4.1.2.3.6.1 Dados gerais

Finalidade: Promover estratégia para inserção de critérios socioambientais em todos os níveis da administração pública.

Descrição: Adoção de critérios socioambientais na administração pública por meio da Agenda Ambiental, fornecendo-lhes suporte técnico e apoio à criação e fortalecimento de comissões de servidores para sua implementação e gestão. Num primeiro momento, a ação será realizada em parcerias com instituições que já demonstraram interesse, expandindo progressivamente para demais órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. Aperfeiçoar as atividades propostas pela Agenda já em curso no Ministério do Meio Ambiente. Elaborar, por meio de parcerias com órgãos técnicos especializados, diretrizes para planos de uso racional da água, de eficiência energética, de redução ao desperdício de bens de consumo, de redução na geração de resíduos sólidos e perigosos, além do plano de qualidade no ambiente de trabalho dentro de órgãos da administração pública. Promover ações formativas com os servidores do Ministério do Meio Ambiente e com órgão interessados em implementarem a Agenda. Essas ações formativas serão oficinas, palestras, debates, cursos, criação de grupos de trabalho, reuniões, atividades de educação à distância, além de elaboração de matérias técnicas - atualização da cartilha da Agenda Ambiental, série de livros técnicos embasando as discussões sobre os temas tratados na Agenda - e aperfeiçoamento dos materiais de divulgação - Sítio, folders, informativos. Considerando o poder indutor do Governo, como grande comprador, sobre os meios de produção do mercado, será feito um levantamento e sistematização de critérios socioambientais e de instrumentos jurídicos que permitam direcionar processos de compra e contratação nas licitações públicas. Assim sendo, utilizar o poder de barganha do Estado para colocar em prática os princípios da economicidade e da eficiência junto à conservação do meio ambiente. Instrumentalizar tecnicamente as instituições parceiras para realizarem seus diagnósticos, criarem suas comissões gestoras, estabelecer metas e métodos de monitoramento e avaliação dos seus resultados.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidades executoras: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/
Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Áreas responsáveis pelo gerenciamento ou execução: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/ Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Coordenador: Ana Carla Leite de Almeida

4.1.2.3.6.2. Resultados

No ano de 2007, o MMA estabeleceu parcerias com 41 órgãos e instituições públicas e privadas com vistas à implementação da A3P e participou de 11 eventos voltados para a capacitação e divulgação de práticas de gestão ambiental na administração pública recebendo demandas dos mais diversos setores e órgãos, como por exemplo: Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Eletronorte, Caixa Econômica Federal, Universidade de Brasília/UnB, Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM e Corregedoria-Geral da União/CGU.

Atualmente, cerca de 400 instituições participam da rede A3P (canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à Agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental dos órgãos, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências) sendo que desse total, aproximadamente, 100 (cem) aderiram no ano de 2007. Os principais resultados são apresentados a seguir:

:

1- No âmbito do GT instituído após o I Fórum no TCU, foi elaborada uma proposta para a viabilização de uma Política Nacional de Licitação Sustentável, em parceria com o MPOG, o Governo do Estado de São Paulo, o TCU, a PGR, que culminou numa proposta (em tramitação no Congresso Nacional) de alteração da Lei 8.666/93, que trata das licitações públicas, para a inclusão de critérios ambientais nas compras governamentais (ANEXO II);

2- Sistematização dos estudos de caso concretos em A3P (disponível no site da A3P);

3- Coleta e sistematização dos indicadores de desempenho de implementação das agendas ambientais no órgãos parceiros (disponível no site da A3P);

4- Participação e apresentação da metodologia da A3P em 25 oficinas de capacitação em todo o Brasil.

5-Assinatura do Termo de Adesão à A3P dos seguintes órgãos:

Caixa Econômica Federal
Câmara dos Deputados
Casa da Moeda do Brasil
Conselho Federal de Contabilidade

Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis/SP
Imprensa Nacional
Instituto Nacional de Seguridade Social
Ministério da Previdência
Ministério do Trabalho e Emprego
Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Minas Gerais
Prefeitura Municipal de Arapiraca
Prefeitura Municipal de Boa Vista
Tribunal de Contas da União
Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Tribunal Superior do Trabalho
Universidade Federal de Santa Catarina

6-Lançamento do Projeto Coleta Seletiva Solidária da Esplanada no MMA e Ministério da Cultura, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

- Apresentação do vídeo Coleta Seletiva Solidária: “Quanto menos lixo melhor” e apresentação do vídeo da A3P;
- Sensibilização para a coleta seletiva com artistas e cantadores em todos os andares do Bloco B;
- Distribuição de caixas coletoras de papel reciclável para os servidores do MMA e do MinC.

7-Instituída a Comissão Gestora da A3P (Portaria 221, de 2004): gestão compartilhada;

- Inclusão da A3P no PPA: “Assistência Técnica para Implementação da A3P”, Programa 052: Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis;
- Instituição da *Rede A3P*, hoje com a participação de cerca de 300 órgãos públicos, sendo um canal de comunicação permanente para promover o intercâmbio técnico, difundir informações sobre temas relevantes à agenda, sistematizar dados e informações sobre o desempenho ambiental dos órgãos, incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais, permitindo a troca de experiências;
- Alteração do art. 15 da Lei de Licitações Públicas – Lei 8.666/93 (em tramitação no Congresso Nacional, e já aprovada na comissão mista da Câmara dos Deputados).

As principais despesas desta Ação foram promover a assistência técnica para o desenvolvimento e articulação de atividades para a integração da Rede A3P, Programa Agenda 21 e Responsabilidade Socioambiental, assim como desenvolver atividades de produção e difusão de informações e resultados.No período foi usado apenas fonte do Tesouro Nacional.

A partir de 2007, com a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, a A3P passou a fazer parte da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, integrando o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Nesse novo arranjo institucional a A3P passou a ser uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo padrão de responsabilidade nas atividades

econômicas na gestão pública e privada.

A A3P é uma iniciativa de adesão voluntária e um convite ao engajamento individual e coletivo, a partir do comprometimento pessoal e da disposição para a incorporação dos conceitos preconizados, para a mudança de hábitos e a difusão do programa.

4.1.3. Programa 1102 - Agenda 21

4.1.3.1 Dados gerais

Tipo de programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Produto ou parâmetros utilizados: não se aplica

Gerente do programa: Hamilton Pereira da Silva

Gerente Executivo: Pedro Ivo de Souza Batista

Público-alvo (beneficiários): Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local

4.1.3.2 Principais Ações do Programa

4921 - Elaboração e implementação das Agendas 21 Locais

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	25 agendas elaboradas	500.000,00	33 agendas elaboradas	500.000,00	132	100,0

4910 - Formação continuada em Agenda 21 Local

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	150 agentes formados	343.752,00	957 agentes formados	343.752,00	638	100,0

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	--	350.000,00	--	283.494,00		80,9

4.1.3.3. Gestão das ações

4.1.3.3.1 Ação 4921 - Elaboração e implementação das Agendas 21 Locais

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Finalidade: Promover a elaboração e implementação de Agendas 21 Locais com base nos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis

Descrição: Promoção, elaboração e implementação de Agendas 21 locais de acordo com as estratégias definidas no âmbito da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional - CPDS; promover articulação institucional com os diferentes projetos, programas e ações do governo e da sociedade; definir estratégias de atendimento a programas prioritários do governo; definir formas de parcerias técnica, financeira e científica com atores locais para a institucionalização dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais; analisar e propor instrumentos econômicos e fiscais de subsídio aos processos de Agenda 21 Local; reavaliar as diretrizes para a Agenda 21 Local, de acordo como a reavaliação da Agenda 21 Brasileira; realizar o levantamento e a divulgação de experiências bem sucedidas de processos de elaboração e implementação de agendas locais; incentivar a difusão e o

intercâmbio de informações e conhecimento por meio do fortalecimento e criação de redes para o desenvolvimento local sustentável; apoiar a organização e a mobilização social para a responsabilidade compartilhada na tomada de decisões; estimular a formação de atores sociais para atuarem como agentes disseminadores das princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira e indutores dos processos de construção de Agendas 21 Locais; elaborar material didático e técnico para as atividades de capacitação, divulgação e apoio aos agentes promotores do desenvolvimento sustentável, no âmbito das agendas 21 Locais; definir indicadores de desempenho para avaliação e monitoramento das Agendas 21 Locais e seus impactos para o desenvolvimento local; implementação de ações emergenciais para recuperação de áreas degradadas, definidas pelo Fórum, durante o processo de elaboração da Agenda 21 Local", conforme explicitado na metodologia definida pelo Programa na publicação Passo a Passo da Agenda 21 Local .

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidades executoras: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Coordenador: Ana Carla Leite de Almeida

4.1.3.3.2 Resultados

Considerando os recursos e a infra-estrutura disponíveis em 2007 esta ação apresentou resultados dentro do esperado. Importantes avanços foram obtidos, sobretudo, no reconhecimento da necessidade de se priorizar as ações no nível local e na consolidação do entendimento da Agenda 21 local enquanto elemento estruturador de demandas e plataforma de apoio a outros programas finalísticos. Ao mesmo tempo, formou-se significativa rede de contatos e parcerias entre a equipe da Agenda 21 e os atores governamentais e da sociedade civil no nível local, por meio de seminários, oficinas e cursos de formação de multiplicadores. Isso com o objetivo maior de fortalecer as populações locais, para que ampliassem suas possibilidades em assumir o protagonismo na condução de seus processos de construção e implementação de agendas 21 locais.

As ações para o fortalecimento dos processos de implementação do Sistema de Agendas 21 Locais e, principalmente, da Rede Brasileira de Agendas 21 locais permitiu um ganho de qualidade no que se refere à comunicação e troca de informações entre processos de agendas 21 locais, fornecendo, ainda, elementos mais confiáveis de análise para a Coordenação da Agenda 21 no MMA.

O apoio financeiro a processos de Agendas 21 locais foi viabilizado, principalmente, por meio de Editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e das parcerias estabelecidas, como por exemplo, com a Petrobras e o Estado do Paraná que resultou em Planos Locais e Regionais de Desenvolvimento Sustentável e Agendas 21 em Bacias Hidrográficas do Paraná.

Em 2007, foram feitas quatro capacitações e oficinas de intercâmbio para municípios situados na Amazônia Legal contemplados nos editais FNMA 02/03 e 03/05; finalizados 33 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável resultantes de processos

de Agendas 21 Locais, contemplando as regiões brasileiras.

No âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, o convênio celebrado com o Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias - COMLAGO, que envolve 8 municípios, resultou na construção da Agenda 21 Regional, cujo Plano Local de Desenvolvimento Sustentável foi lançado em dezembro de 2007.

Lançado, em agosto de 2007, o Plano de Desenvolvimento Territorial da Agenda 21 do Vale do Ribeira, fruto da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que envolve 32 municípios nos estados de São Paulo e Paraná.

O Programa Agenda 21 apóia a construção de AG21 Locais e incentiva novos processos por meio de cursos e oficinas, que atendem, em primeiro lugar, áreas prioritárias do governo federal. Em 2007 as sensibilizações abrangeram os estados da BA, CE, GO, MG, PA, RJ, RN, RR, RS e SP, totalizando 129 municípios.

É importante ressaltar que na reestruturação do MMA, em abril de 2007, o Programa Agenda 21 passou a ser Programa estruturante da então criada Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC. Na nova estrutura, a Agenda 21 ganhou espaço e maiores possibilidades de articulação técnica e política com outras áreas do MMA permitindo, dessa forma, o desempenho mais adequado de suas ações.

Em resumo, os principais resultados da ação foram:

- 33 Agendas 21 Locais - Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável - finalizados nas diferentes regiões brasileiras;
- Lançamento do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável do COMLAGO (Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias);
- Lançamento da Agenda 21 Regional do Vale do Ribeira, com o envolvimento de mais de 150 entidades da sociedade civil;
- Realizados 12 encontros estaduais e oficinas da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais ; envolvendo 1058 participantes de 202 municípios;
- 121 processos de Agendas 21 Locais cadastrados no Sistema de Acompanhamento AG 21 Locais;
- Aprovação da Emenda Parlamentar para o Projeto Agenda 21 Bahia, que envolve 190 municípios de 10 territórios, no valor de R\$2,5 milhões;
- Aprovação da Emenda Parlamentar para o Projeto Agenda 21 da Serra da Capivara/PI no valor de R\$150.000,00;
- 22 Boletins eletrônicos editados e enviados para 7 mil e-mails cadastrados;
- Lançamento das Revistas "Agenda 21 e Juventude", "Revista Mercocidades" e

“Vídeo Agenda 21 Local: Experiências Brasileiras”

- Reimpressão de material técnico: Folder “Carta da Terra” (5.000), Filipeta “Agenda 21” (10.000) e “Passo a Passo da Agenda 21 Local” (10.000).

As principais despesas realizadas pela ação foram para promover oficinas e cursos para professores de Agenda 21 Local, capacitar integrantes da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, apoiar a Agenda 21 da Juventude, assim como promover a infraestrutura necessária para a realização de seminários, oficinas e cursos de formação de multiplicadores em Agenda 21 Local, conforme demanda. Os recursos utilizados foram da fonte do Tesouro Nacional.

Apesar do reduzido orçamento para atender as metas e demandas apresentadas no Programa, o problema foi minimizado com parcerias com outros programas e/ou instituições. Em 2007, não houve transferências voluntárias de recursos

As contratações e parcerias realizadas no âmbito do Programa tiveram por objetivo incrementar a capacidade técnica instalada e atender as demandas, de governos e instituições da sociedade civil, relativas às ações que compõem o Programa Agenda 21.

4.1.3.3.2. Ação 4910 - Formação continuada em Agenda 21 Local

4.1.3.3.2.1 Dados gerais de cada ação

Finalidade: Articular estratégia nacional para a formação continuada de agentes regionais que promovam o desenvolvimento local sustentável, por meio da disseminação dos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira e indução dos processos de elaboração e implementação de Agendas 21 Locais.

Descrição: Formulação das bases técnicas e políticas do processo de formação continuada em Agenda 21 Local, no âmbito da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Nacional CPDS; definir ações de formação que contribuam para a efetivação das ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira nas políticas públicas locais e promovam a elaboração e implementação de Agendas 21 Locais; realizar levantamentos e estudos sobre projetos inovadores e experiências diferenciadas em formação; elaborar projetos político-pedagógicos de cursos, oficinas, seminários e outras ações para a formação continuada de agentes regionais; articular com entidades governamentais e não-governamentais para identificar interlocutores e agentes de formação nas diversas regiões do país; desenvolver metodologias que identifiquem e interpretem as demandas regionais, respeitando a identidade cultural e o contexto sócio-ambiental dos atores sociais; desenvolver metodologias para diferentes estágios da Agenda 21 Local; definir políticas e ações para atuar em programas prioritários do governo e da sociedade; estabelecer sistema de apoio as ações de formação induzidas e por demanda; desenvolver sistema de monitoramento e avaliação do processo de formação continuada.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidades executoras: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental

Coordenador: Ana Carla Leite de Almeida

4.1.3.3.2.2 Resultados

A ação de Formação de Multiplicadores em Agenda 21 Local foi fortalecida em 2007 pela necessidade demonstrada por diferentes agentes locais de informação, formação sobre instrumentos de políticas públicas federais existentes e, sobretudo como aplicá-los de forma integrada no nível local.

Considerando as dimensões de nosso País; as diretrizes governamentais que incluem a sustentabilidade como estratégia para um novo modelo de desenvolvimento e as reais necessidades de formação e informação de grupos do governo e da sociedade civil nos municípios e regiões brasileiras, caberia propor que as metas desta ação do Programa Agenda 21 se tornem mais abrangentes. Entretanto, a Coordenação da Agenda 21, responsável técnica pela ação no MMA, condiciona sua proposta de resultados a serem alcançados ao orçamento real previsto. Ao mesmo tempo, visando ampliar sua atuação, busca efetivar parcerias com diferentes setores governamentais e da sociedade civil.

Particularmente no ano de 2007 foram realizadas diferentes parcerias com instituições de governo no nível local, com outros ministérios e com empresas públicas e privadas que permitiram superar a meta prevista dentro do orçamento do Programa.

Em 2007 foram realizadas atividades de sensibilização de grupos locais, para incentivar novos processos de construção de Agenda 21 Local, oficinas para fortalecer processos de Agenda 21 em andamento e formação de multiplicadores em Agenda 21 Local nas Regiões Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, atendendo às necessidades de atuação em áreas prioritárias do governo federal e às demandas para fortalecer e qualificar iniciativas de construção e implementação de Agendas 21.

Os cursos para formação de multiplicadores foram realizados nos estados BA, MG, PA, PE, PR, RJ, SP e DF, envolvendo 122 municípios e 957 participantes. É importante mencionar que a formação de multiplicadores acontece em etapas relacionadas ao processo de construção e implementação de uma Agenda 21 local, conforme roteiro metodológico apresentado no Passo a Passo da Agenda 21 Local. Os cursos são realizados, na maioria das vezes, sob demanda de grupos locais, após terem participado de eventos de sensibilização, ou para atender a formação de parcerias realizadas com o objetivo de integração de políticas públicas.

Como exemplo, a realização, em Brasília, do curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário, do Projeto de Promoção do Desenvolvimento local e Economia Solidária. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Ministério do Desenvolvimento Social, o curso em seis dias de oficinas e atividades de formação em Economia Solidária e Agenda 21 envolveram 352 participantes (representação de 65 municípios com processos de Agenda 21 Local financiada pelo FNMA e representantes de todas as Unidades da Federação).

Em 2007 foram realizados, ainda, cursos para fortalecimento de processos de Agendas 21 em construção e implementação, abrangendo os estados do AC, CE, MG, MT, PA, PE, PR, RJ, RO, RR, RS e SP e sensibilizações para incentivar novos processos de construção de Agenda 21 Local, atendendo às necessidades de atuação em áreas prioritárias do governo federal e às demandas para fortalecer e qualificar iniciativas de construção e implementação de Agendas 21.

Em resumo os principais resultados da ação foram:

- Realização de 10 cursos de Formação em Agenda 21, envolvendo 957 participantes de 122 municípios;
- 352 Agentes de Economia Solidaria capacitados em Agenda 21;
- Realização de Oficina de elaboração de projetos em São Paulo e Piauí;
- Firmada parceria com o MEC e DEA/ SAIC/ MMA para implementação de Agenda 21 nas Escolas e formação de Professores da Rede Pública
- Realizada parceria com o DSIS/SAIC/MMA para inclusão do Módulo Agenda 21 no Programa de Capacitação de Gestores Ambientais;
- Parceria com Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) para inserir as Agendas 21 Estaduais como critério de elegibilidade no PNMA II.

As principais despesas foram para promover oficinas e cursos para processos de Agenda 21 Local, capacitar integrantes da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, apoiar a Agenda 21 da Juventude, assim como promover a infra-estrutura necessária para a realização de seminários, oficinas e cursos de formação de multiplicadores em Agenda 21 Local, conforme demanda. No período foi usado apenas fonte do Tesouro Nacional.

Apesar do reduzido orçamento para atender as metas e demandas apresentadas no Programa, o problema foi minimizado com parcerias com outros programas e/ou instituições.

As contratações e parcerias realizadas no âmbito do Programa tiveram por objetivo incrementar a capacidade técnica instalada e atender as demandas, de governos e instituições da sociedade civil, relativas às ações que compõem o Programa Agenda 21.

4.1.3.3.3 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

4.1.3.3.3.1. Dados gerais

Finalidade

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição

A ação contempla despesas que compreendam: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidade executora: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Coordenador: Sérgio Buarque da Fonseca

4.1.3.3.2 Resultados

Os recursos alocados na ação foram aplicados, conforme sua finalidade, no pagamento de despesas de publicação para divulgação e disseminação de informações sobre a elaboração e construção da Agenda 21, bem como deslocamentos no país e no exterior de servidores das unidades técnicas. Foram também efetuadas despesas com o Centro de Integração Empresa-Escola para alocação de estagiários.

4.1.4. Programa 0502 – Amazônia Sustentável

4.1.4.1 Dados gerais

Tipo de programa:

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável dos seus recursos naturais.

Gerente do programa: Egon Krakhecke

Gerente Executivo: Rodrigo da Veiga Gutierrez

Produto ou parâmetros utilizados: Área de ecossistema manejado de forma sustentável

Público Alvo (beneficiários): Governos e sociedade civil em âmbito nacional, regional e local

4.1.4.2 Principais Ações do Programa

No âmbito da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, o Programa 0502 Amazônia Sustentável é executado pela ação:

002Q Apoio a Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto)

PERÍODO	PROGRAMADO		REALIZADO		%	
	META FÍSICA (A)	META FINANCEIRA – R\$ (C)	META FÍSICA (B)	META FINANCEIRA – R\$ (D)	B/A	D/C
2007	22 Sistemas Apoiados	6.043.483,00	10 Sistemas apoiados	303.777,00	0,45	5,03

As ações a seguir, fazem parte do Programa Amazônia Sustentável sob responsabilidade de outras Secretárias do Ministério do Meio Ambiente, após a reformulação de sua estrutura, realizada em abril de 2007, por intermédio do Decreto nº 6.101.

- ✓ Ação 6072 Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto)
- ✓ Ação 2955 Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia
- ✓ Ação 6061 Fomento a Projetos Demonstrativos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação na Amazônia (Programa-Piloto)
- ✓ Ação 6065 Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Programa-Piloto)
- ✓ Ação 6064 Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto)

4.1.4.3. Gestão das Ações

4.1.4.3.1 002Q Apoio a Estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia (Programa-Piloto)

4.1.4.3.1.1. Dados Gerais

Finalidade: Fortalecer os Estados e Municípios da Amazônia Legal para a implementação de um adequado modelo de gestão ambiental integrada, visando o uso sustentável dos recursos naturais.

Descrição: Atendimento aos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais dos Estados da Amazônia Legal na estruturação de *Sistemas de Meio Ambiente* e implementação de ações de gestão ambiental. Suporte financeiro para aquisição de equipamentos,

contratação de estudos e consultoria, processos de gestão compartilhada de recursos naturais e capacitação ambiental.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Meio Ambiente

Unidades executoras: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental

Coordenador: Rodrigo da Veiga Gutierrez

4.1.4.3.1.2. Resultados

Integrante do Programa Piloto e atualmente coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, o Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN, Ação 002Q, no ano de 2007 encerrou os últimos convênios (09) celebrados com órgãos estaduais de meio ambiente - OEMAs e Ministérios Públicos Estaduais dos estados (Acre, Amazonas, Pará, e Rondônia) para a execução dos Projetos de Gestão Ambiental Integrada nos Estados da Amazônia, os quais estão em fase de prestação de contas que serão concluídas em 2008.

Dos 35 instrumentos programados no SIGPLAN para 2007, 13 convênios foram encerrados em junho de 2006, com o encerramento dos contratos da Comunidade Européia e o Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais - RFT, assim permaneceram 22 instrumentos, sendo 9 convênios apoiados pelo Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW (organismo de cooperação financeira alemã). e 13 Acordos de Cooperação Técnica relativos aos Centros de Capacitação para a Amazônia Legal - CECAPs, celebrados junto às Universidades Federais/Estaduais. Os 13 Acordos de Cooperação Técnica não implicam em repasse de recursos, somente requerem o acompanhamento de sua execução.

A ação 002Q apoiou o desenvolvimento e implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais – SLAPR, nos estados da Amazônia (exceto Maranhão e Roraima). Esta implementação encontra-se em diferentes fases, sendo que o Mato Grosso, Tocantins e Rondônia estão emitindo licenças ambientais rurais regularmente e o Acre em fase de emissão de autorização de desmatamento. O Pará implantou o Sistema de Licenciamento de Propriedades Rurais - SLAPR em 2006, realizando em 2007 os testes do sistema e capacitação de técnicos para a operacionalização do mesmo. Não houve tempo hábil para que o Amazonas e Amapá concluíssem a contratação do sistema dentro da vigência do último convênio.

No ano de 2007 pode-se destacar também a conclusão da elaboração da base fundiária digitalizadas no estado de Rondônia, e a realização de perícias pelo Ministério Público Estadual de Rondônia, utilizando os dados do SLAPR/SEDAM. Adicionalmente o SLAPR tem sido tema de discussão como ferramenta para viabilizar o licenciamento ambiental de atividades agrícolas relacionadas aos biocombustíveis (etanol e biodiesel), indicando assim sua expansão para outras regiões do Brasil e se consolidando como ferramenta para a melhoria da gestão ambiental no país.

Por meio da parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente estão em execução 54 convênios celebrados com municípios da Amazônia. Este cenário demanda da Secretaria Técnica um esforço considerável para garantir o acompanhamento técnico e o apoio na elaboração das prestações de contas. A maior parte desses convênios encerra no primeiro semestre de 2008.

Em 2007 celebrou-se um Acordo de Cooperação Técnica com o estado do Acre, relativo a operacionalização dos Centros de Capacitação para a Amazônia Legal-CECAPs, celebrados junto às Universidades Federais/Estaduais com a interveniência dos Ministérios Públicos Estaduais. Encontra-se em processo de assinatura 12 desses Acordos, os quais não implicam em repasse de recursos, somente requerem o acompanhamento da realização dos cursos de capacitação de técnicos, especialmente dos órgãos estaduais de meio ambiente - OEMAs e prefeituras. A capacitação no uso de ferramentas em sistema georreferenciados visa possibilitar a utilização das bases cartográficas geradas nos estados e apoiadas pelo SPRN por técnicos ligados à gestão ambiental. A celebração deste acordo com as universidades tem como objetivo aumentar a sustentabilidade ao processo continuado de capacitação local para a implementação/operacionalização do Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE e Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural - SLAPR.

A finalização do SPRN no próximo ano, foi prevista para encerrar-se em três etapas, quais sejam: a elaboração de sistematização de experiências mais relevantes, estudos que servirão de subsídios para a avaliação do Subprograma, culminando com uma Feira de Resultados, onde serão apresentados, aos Doadores, MMA, parceiros no projeto e sociedade civil, os principais produtos e as políticas públicas influenciadas pelo Subprograma.

Dois trabalhos de sistematização de experiências foram concluídos em dezembro de 2007, a “Sistematização de Experiências de atividades de Ordenamento Territorial do SPRN, incluindo seu estado-da-arte, propostas para ações do programa Amazônia” e o “Levantamento e análise das experiências de descentralização municipal no âmbito do SPRN/Editais FNMA”. O estudo “Sistematização de Experiências Seleccionadas do SPRN” será concluído em fevereiro de 2008, após oficinas de apresentação dos resultados nos temas - Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural - SLAPR (RO, TO, MT e AC), Ordenamento Territorial (AC, AP e AM) e Fortalecimento Institucional (PA, MT e AP). Também foi concluído o trabalho de organização e sistematização de experiências organizadas em banco de dados simples e especializadas, que resultou na alimentação do Sistema de Georreferenciamento de Projetos -SIGEPRO e elaboração de cartogramas das ações do SPRN.

Para atendimento dos contratos internacionais referentes ao processo de encerramento do SPRN, a contratação de consultores para avaliar o SPRN já foi iniciada, no sentido de apoiar nas atividades de fechamento e consolidação dos relatórios físicos, sendo que a parte relativa aos relatórios financeiros e administrativos das contas do Contrato com o KfW, atendendo as normas de administração das contas especiais e prestação de contas, está prevista para 2008.

A conclusão do SPRN deve servir também para realizar uma avaliação do papel do Subprograma sobre os impactos nas políticas públicas federais, estaduais e municipais, o papel da cooperação técnica e financeira em projetos internacionais com arranjos de atores tão complexos e de tamanha amplitude geográfica.

A Feira de Resultados está programada para a primeira semana de abril de 2008, em Belém/Pará, com a participação da Ministra de Meio Ambiente, representantes

dos Doadores, secretarias do MMA, parceiros/executores do projeto (a exemplo dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Ministérios Públicos Estaduais, Polícias Civil e Militar ambientais, Secretarias de Planejamento - SEPLANs, INCRA, IBGE, DSG, Universidades Federais, Municípios) e sociedade civil, para a apresentação dos principais produtos e as políticas públicas influenciadas pelo Subprograma nesses 12 anos de execução.

O fim do SPRN certamente não deve representar o fim das suas ações, e do aprendizado promovido ao longo de sua execução. Hoje, o desafio é traçar estratégias de saída para as ações desenvolvidas.

O Ministério do Meio Ambiente solicitou a prorrogação dos contratos dos técnicos temporários em dezembro de 2007, todavia, a equipe está cada vez mais reduzida. Neste sentido, o projeto continua correndo grandes riscos de ter a sua finalização prejudicada com a saída de técnicos antes do seu término (dez/08), especialmente para a análise de prestação de contas finais e fechamento das contas do projeto ao doador KfW, ainda em vigência,

Os procedimentos para prestação de contas junto ao doador (KfW), para atendimento aos prazos previstos relativos aos convênios municipais, através da parceria com o FNMA, já foram definidos, no entanto, o FNMA também sofre redução da equipe e não está cumprindo com os prazos estipulados.

A reestruturação organizacional do MMA no 2o. Trimestre de 2007 ocasionou atrasos na execução da Ação, uma vez que a SAIC, a nova secretaria criada na reestruturação procedida pelo MMA, responsável pela Ação, não possuía equipe administrativa financeira formada, fator que contribuiu para atrasos e inviabilização da celebração de novos convênios no segundo semestre de 2007, bem como atraso na tomada de decisão. Outra consequência da reestruturação foi a perda do setor administrativo, responsável pela viabilização de diárias, passagens e licitações para o projeto, lotado na antiga secretaria à qual a Ação estava subordinada. Isso ocasionou o adiamento de várias atividades de apoio técnico aos municípios em parceria com o FNMA e o Estado do Pará, previamente mobilizadas e agendadas.

Com a reestruturação organizacional do MMA, o gerente de projeto da Ação foi transferido para outra Secretaria, com nova atribuição. Não foi designado novo gerente para a Ação por não haver no quadro técnico da nova secretaria, técnico para assumir este cargo. O diretor do Departamento de Coordenação do SISNAMA assumiu a gerência do projeto, destacando dentre os técnicos, dois pontos focais para interlocução de atendimento às demandas do projeto.

5. Desempenho Operacional

O Programa Gestão da Política do Meio Ambiente não possui indicadores, no entanto, foram gerados vários produtos de relevância para a gestão ambiental. As ações que integram o Programa, sob responsabilidade da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, cada uma dentro de suas particularidades, contribuíram para a melhoria da gestão ambiental.

Um dos principais resultados de 2007 está relacionado à ação 6687

Formação e Capacitação de Gestores e Conselheiros Ambientais nos Estados e Municípios, com a realização de encontros e cursos nos estados da Federação, a exemplo de Goiás, onde 5(cinco) novos municípios instituíram órgãos ambientais, foram criados 25 novos conselhos municipais de meio ambiente, e 20 conselhos reativados, além de 19 municípios habilitados ao licenciamento ambiental. Em Pernambuco foram criados 13 Fóruns participativos, e criados 23 novas secretárias de meio ambiente, e onde 111 municípios estão compondo suas secretárias de meio ambiente. No Rio Grande do Norte: foram criados 26 novos conselhos municipais de meio ambiente.

Quanto aos impactos, registra-se que os programas não dispõem de nenhuma avaliação de impacto sobre o público-alvo, embora apenas a ação 0912 Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) contratou em 2006 uma avaliação independente de seus resultados, junto aos executores e aos beneficiários da ação. .

Ao Programa Amazônia Sustentável foi atribuído um indicador denominado "Área de ecossistema manejado de forma sustentável", a seguir descrito:

Tipo de Indicador : De Eficácia¹

Fórmula de Cálculo e Método de Medição: Somatório do número de hectares manejados de forma sustentável, considerando-se: área manejada em reservas extrativistas - RESEXs; área manejada por manejo sustentável dos recursos naturais de várzea - Provarzea); área florestal manejada na Amazônia Legal (Promanejo); área coberta por manejo sustentável em áreas indígenas (PDPI/PDA); e área coberta por manejo sustentável em projetos demonstrativos sustentáveis e de conservação na Amazônia. Índice de referência - 3.295.500 (31/12/2004). Previsão para 2005 (acréscimo de 2.5%) - 3.377.887.

Todavia, este indicador não se aplica ao Subprograma de Política de Recursos Naturais, no âmbito da ação que apóia a estruturação do Sistema de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia. Esta ação promove o aparelhamento de órgãos estaduais envolvidos na gestão ambiental, bem como capacita para a implementação de políticas públicas que fortaleçam o comando e controle de desmatamento e queimadas, implementação do ZEE e descentralização de gestão ambiental, para o fortalecimento do SISNAMA.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental-SAIC foi criada em abril de 2007, com atribuições oriundas do Departamento de Articulação Institucional- D A I; da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável; da Secretaria de Coordenação da Amazônia, todos extintos. Com a nova estrutura organizacional do MMA implantada, nem todos os servidores que compunham

¹ Conceito de Eficácia: um resultado é eficaz quando a instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o volume de desempenho real, com o montante dos resultados desejados, independentemente dos custos implicados. Fonte: Anexo V - Modelo de Relatório de Gestão 2007

esses órgãos foram alocados na SAIC, o que inviabilizou uma estruturação capaz de apoiar a execução de suas atribuições.

A Portaria GM/MMA nº 292, de 23 de maio de 2007, da Ministra do Meio Ambiente delegou competência ao titular e respectivo substituto da SAIC para a prática de atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos alocados em favor das Unidades Gestoras sob sua responsabilidade. Desde então, a direção da SAIC vem envidando esforços junto à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração para a transferência de pessoal alocado naquela unidade ou em outras do MMA, com disponibilidade, visando compor uma unidade gestora, capaz de exercer as atribuições da Portaria nº 292/2007.